



Boletim Conjuntural Novembro | 2020

1. CONJUNTURA NACIONAL

A série mensal do Boletim Conjuntural do Comércio Varejista e dos Serviços, do Instituto Fecomércio-PE – análise mensal com foco em segmentos do setor terciário – incorpora procedimentos de contextualização, contemplando desempenho e perspectivas da economia brasileira. Visão geral da economia, a respeito de inflação, juros e aspectos concernentes ao mercado de trabalho são componentes essenciais da abordagem.

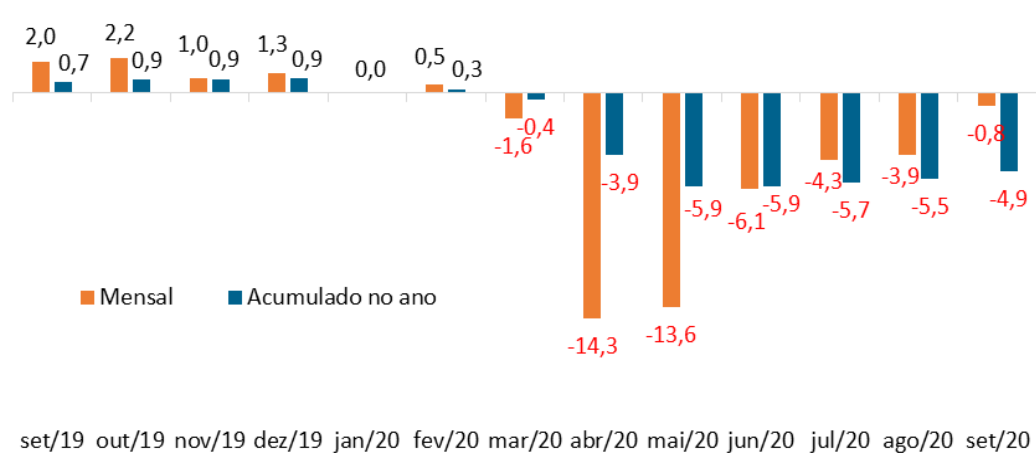
Tem sido enfatizado, nesta série de análises conjunturais, que a economia brasileira completa uma década de insatisfatório desempenho. Expectativas favoráveis ao início de cada ano vêm a se tornar sempre frustradas, ao final. Nos três últimos anos, por exemplo, o Produto Interno Bruto do país registrou variações positivas insignificantes – cerca de 1%, em cada ano. Expectativas inicialmente prevalecentes se mostram bem superiores ao que efetivamente se observa. Neste ano, sob efeito adicional da pandemia do novo Coronavírus, a retração da economia brasileira deve se situar em cerca de 5%. Há significativo agravamento de situação já bem adversa.

Mais de seis milhões de pessoas, no Brasil, já foram infectadas pelo novo Coronavírus – mais de 170 mil vindo a óbito. Além disso, a média diária de contaminações ainda é elevada, mesmo depois de mais de oito meses de enfrentamento da COVID-19. Mais preocupante, registra-se aumento recente de casos, provavelmente associados a flexibilização de restrições sanitárias, ao processo de reabertura de atividades econômicas e a comportamento descuidado de parte da população. Ademais, importantes países europeus, e também os EUA, enfrentam uma segunda onda de contaminações da COVID – o que deveria servir de alerta para um país como o Brasil, que sequer superou a primeira onda. Aumento de incertezas sobre as economias mundial e a brasileira é decorrência natural.

Os efeitos negativos sob o mercado de trabalho, com rebatimentos sociais são – sem dúvida – extraordinários. Mais difícil a tarefa de recuperação sustentada da economia, principalmente considerando-se substancial agravamento das contas públicas, dados os necessários e expressivos gastos (destacando-se o auxílio emergencial) realizados com vistas a mitigar efeitos sociais da pandemia.

Informações mais recentes a respeito da evolução global da economia brasileira revelam redução de intensidade dos efeitos negativos da pandemia sobre o nível de atividade de alguns segmentos econômicos. De fato, considerado o resultado acumulado do ano, o declínio da economia atingiu o patamar de -5,9% nos meses de maio e junho, desacelerou um pouco nos dois meses seguintes (-5,7% e -5,5% – respectivamente em julho e agosto) e, em setembro, se reduz para -4,9%. Sem dúvida, permanece ainda muito forte a retração de uma economia que já opera bem aquém do potencial. Tais informações são provenientes do Índice de Atividade Econômica – IBC-BR –, do Banco Central, indicador que é utilizado como antecipação da evolução do PIB para determinado período, tendo-se por base iguais períodos do ano anterior, (Gráfico 1).

Gráfico 1. Brasil: taxa (%) de variação (mensal e acumulada no ano), do índice de atividade econômica (IBC-BR) – setembro/2019 a setembro/2020 (base: mesmo período do ano anterior)

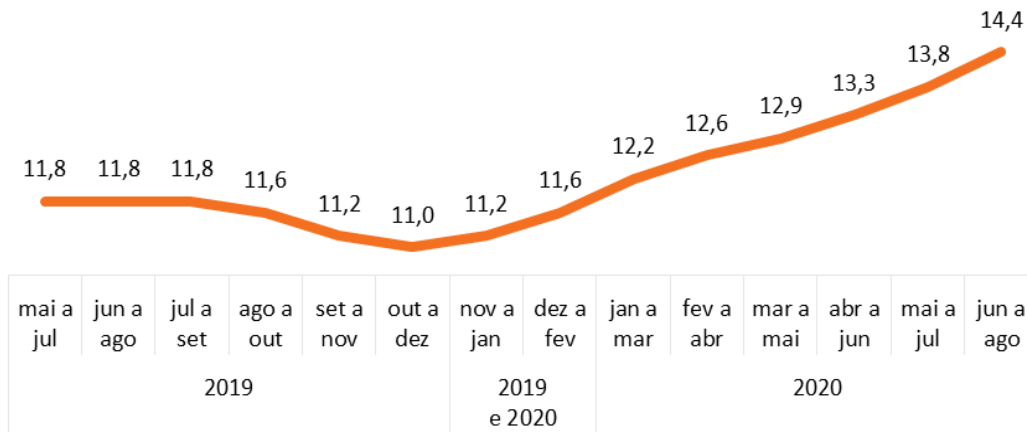


Fonte: Banco Central do Brasil. Elaboração Ceplan Multi.

Acrescente-se que no último Boletim Focus do Banco Central (20/11/2020) a queda do PIB em 2020 é estimada em -4,55%. Não fossem o auxílio emergencial para desempregados, desalentados, microempreendedores individuais, etc. e, também, liberação do FGTS e suspensão do contrato de trabalho, além de redução proporcional de jornada e salários – com relevante efeito positivo sobre o consumo das famílias – a retração da economia brasileira teria sido bem mais forte. Contudo, o auxílio emergencial, mesmo com redução de valor (600 para 300 reais) – importante peça de combate aos efeitos mais perversos da pandemia – exigirá cuidado especial na gestão financeira, dado o alto custo fiscal envolvido. Trata-se de importante aspecto no que respeita ao olhar de possíveis investidores, em associação com percepção de risco para negócios no Brasil. Algo que, em primeiro lugar, é interesse do próprio país, em termos de manutenção de saúde fiscal do setor público. Afinal, o ambiente é de uma economia internacionalizada, não se podendo descurar do caráter global do mundo dos negócios. É nesse contexto que se impõe a premência de reformas de estado, que mantenham segurança jurídica e que não agravem desigualdades nem perpetuem privilégios – seja de segmentos empresariais, seja de certos estamentos sociais –, vindo a melhorar o ambiente de negócios. É traço estratégico na presente contingência brasileira, contemplado nesta análise de conjuntura, que prossegue incorporando-se elementos concernentes ao mercado de trabalho.

São profundos os reflexos negativos que o presente quadro de alongada crise traz sobre o mercado de trabalho, o rendimento das famílias e o consumo de bens e serviços. Dados provenientes da PNAD Contínua (IBGE) revelam significativos efeitos negativos sobre ocupação. A força de trabalho, que no trimestre encerrado em agosto de 2019 era formada por 106,2 milhões de pessoas, declina para 95,5 milhões no mesmo período deste ano. Portanto, são 10,7 milhões de indivíduos que deixaram a população economicamente ativa, significativa ampliação dos não-ocupados que desistiram de buscar um lugar no mercado de trabalho. Ademais, o contingente de pessoas ocupadas (93,6 milhões) foi reduzido para 81,7 milhões – o que significa saída, da população ocupada, de um contingente de 11,9 milhões de indivíduos. Por outro lado, a taxa de desemprego aberto vai a 14,4% no trimestre encerrado em agosto – a mais alta dos últimos anos (Gráfico 2). Significa, em termos absolutos: 13,8 milhões de desempregados procurando alguma forma de ocupação, seja formal ou informal – 1,2 milhão a mais do que havia em igual período de 2019. Além disso, parte dos que ficam sem ocupação sequer volta a procurar trabalho por acreditar que não terá êxito, ou porque o auxílio provido pelo governo constituiria satisfatório suporte emergencial. Importante decorrência desse fato é que assim é evitada a formação de um ainda maior volume de desemprego aberto (constituído pelos que procuram uma ocupação).

Gráfico 2. Brasil: taxa (%) de desocupação das pessoas com 14 anos ou mais de idade (média móvel trimestral) – jun-jul-ago/2019 ao jun-jul-ago/2020



Fonte: PNAD Contínua/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Nota: Considera a média móvel trimestral do universo das pessoas de 14 anos ou mais desocupadas e na força de trabalho, sendo o mês de referência tomado como limite superior do trimestre.

Quando se particulariza o segmento formal do mercado de trabalho (Tabela 1), observa-se que o resultado acumulado no ano (até setembro) traz saldo negativo, entre admissões e demissões, de -558.597 postos de trabalho, conforme dados do Ministério do Trabalho/CAGED. Destacam-se os seguintes segmentos: comércio, incluindo veículos e motocicletas (-345.677); alojamento e alimentação (-347.792); e transporte, armazenagem e correio (-85.566). Por outro lado, entre os grupos de atividades que registraram saldo positivo de empregos formais no acumulado deste ano, destacam-se: agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura (102.467), saúde humana e serviços sociais (78.697), e Construção (102.108).

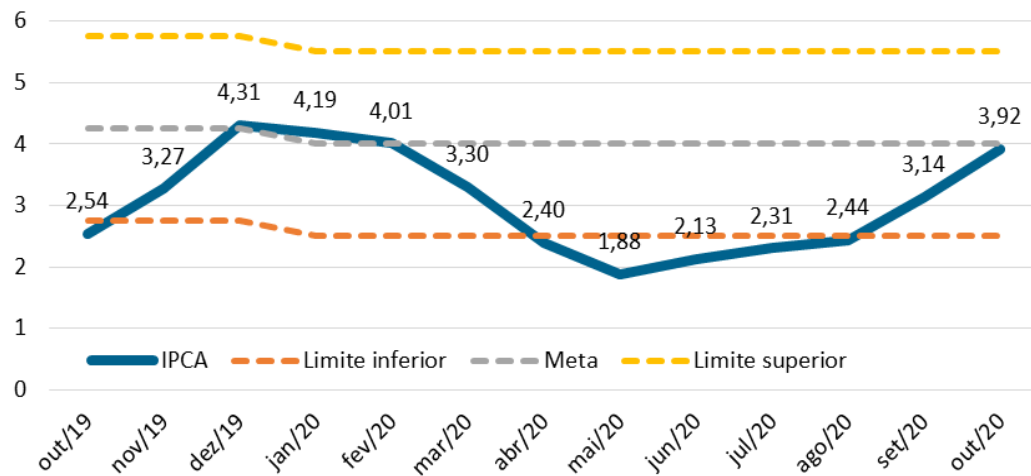
Importante ser observado, todavia, que o mês de setembro deste ano trouxe significativo aumento líquido de 313.564 postos de trabalho formais, refletindo ampliação do consumo de famílias beneficiárias do auxílio governamental, e também da liberação de recursos do FGTS, além de recuperação gradual da demanda, antes reprimida por conta de restrições mais fortes de atividades econômicas, nos primeiros momentos de combate à pandemia. Esses fatores contribuíram para melhor desempenho de alguns segmentos de atividade econômica, com a consequente admissão de novos empregados, que assim vieram preencher parte dos postos de trabalho destruídos, por conta de efeitos negativos da pandemia.

Tabela 1 - Brasil: saldo mensal e acumulado do ano da movimentação do emprego formal setembro/2020

Grupamento de atividades	Saldo		Estoque (1.000)	
	Setembro /2020	Acumulado no ano	Janeiro /2020	Setembro /2020
Agric., pec., prod. florestal, pesca e aqüíc.	7.751	102.467	1.487	1.590
Indústria de transformação	108.283	-954	6.840	6.839
Outras indústrias	2.585	1.643	670	671
Construção	45.249	102.108	2.167	2.269
Comércio, incl. veículos automotores e motocicletas	69.239	-345.677	9.317	8.972
Transporte, armazenagem e correio	10.498	-85.566	2.383	2.297
Alojamento e alimentação	4.637	-347.792	1.990	1.642
Informação e comunicação	9.098	10.103	873	883
Ativ.profissionais, científicas e técnicas	12.455	9.268	1.128	1.137
Ativ. administr. serv. complementares	42.349	-11.990	4.537	4.525
Admin. pública, defesa e seguridade social	-153	13.428	813	826
Educação	-8.474	-27.355	1.801	1.773
Saúde humana e serviços sociais	5.380	78.697	2.370	2.448
Artes, cultura, esporte e recreação	492	-31.198	265	234
Outros serviços	4.199	-25.635	2.170	2.144
Não identificado	-24	-144	-	-
Total	313.564	-558.597	38.810	38.251

O comportamento dos preços é outro aspecto fundamental para se qualificar a conjuntura econômica. A esse respeito, em que pese o indicador oficial de inflação (IPCA, Índice de Preços ao Consumidor Amplo), acumulado em 12 meses (Gráfico 3), ter registrado em outubro a quinta alta sucessiva –1,88% em abril, 2,13% em maio, 2,31% em junho, 2,44% em agosto, 3,14% em setembro, e 3,92% em outubro – esse patamar coloca a inflação bem próxima do centro da meta estabelecido pelo Banco Central (4,00%). De toda forma, considerando-se as cinco altas mensais sucessivas, o crescimento dos preços é um fato que começa a preocupar as autoridades monetárias, embora a previsão do IPCA para 2020, no Relatório Focus de 20/11/2020, seja de 3,53%.

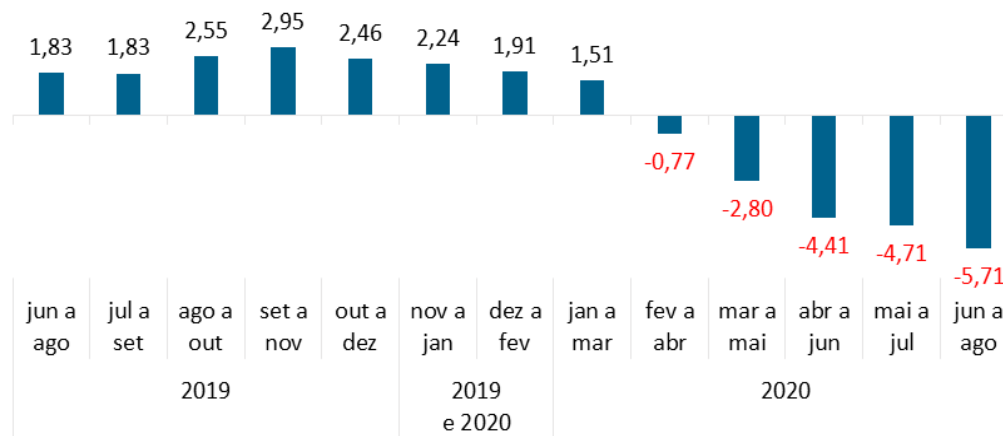
Gráfico 3. Brasil: taxa (%) de inflação (IPCA), acumulado em 12 meses – out/2019 a out/2020



Fonte: Sistema Nacional de Preços ao Consumidor/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Nesse contexto de declínio da ocupação, a massa real de salários decresce, relativamente ao ano anterior (Gráfico 4). Com efeito, no trimestre junho-julho-agosto, tendo-se por base igual período de 2019, a massa de rendimentos do trabalho – em geral, parcela mais relevante da renda familiar – declina -5,71%. É um indicador econômico que vem em trajetória decrescente desde o trimestre encerrado em novembro de 2019, mesmo mantendo crescimento positivo até o primeiro trimestre de 2020 (1,51%). Nos trimestres móveis terminados nos meses subsequentes, a trajetória torna-se negativa: -0,77% em abril; -2,80% em maio; -4,41% em junho; -4,71% em julho; e - 5,71% em agosto. Potencialmente, portanto, o desempenho, tanto do varejo quanto do setor de prestação de serviços, pode ser negativamente afetado por essa redução da massa real de rendimentos do trabalho.

Gráfico 4. Brasil: variação (%) real da massa de rendimentos do trabalho (média móvel trimestral) das pessoas de 14 anos ou mais ocupadas – jun-jul-ago/2019 ao jun-jul-ago/2020 (base: mesmo período do ano anterior)



Fonte: IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

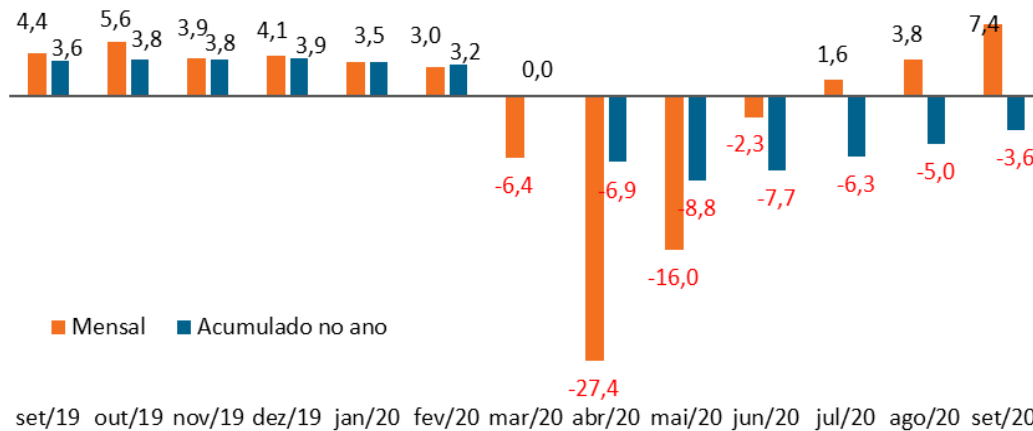
Nota: O indicador é a média móvel trimestral da massa de rendimentos recebida em todos os trabalhos pelas pessoas de 14 anos ou mais ocupadas e com rendimento de trabalho; é calculada considerando-se o mês de referência, em cada divulgação, como limite superior. Os valores da série são corrigidos mensalmente por uso do deflator (IPCA) do mês intermediário.

VOLUME DE VENDAS DO VAREJO COM FORTE ALTA EM SETEMBRO

Esta seção contempla informações sobre o comércio varejista brasileiro – consideradas duas abordagens, conforme sistematização na base de dados do IBGE: varejo (restrito), como usualmente se entende por esse segmento da economia, e varejo ampliado. O Gráfico 5 traz números a respeito dos indicadores – mensal e acumulado do ano – do volume de vendas do varejo ampliado, agregado que resulta do acréscimo de ‘veículos, motocicletas, partes e peças’ e ‘materiais de construção’ ao conjunto de segmentos que compõem o comércio varejista propriamente dito. Analogamente, constam – do Gráfico 6 – a trajetória mensal e o indicador acumulado do varejo restrito.

O volume de vendas do varejo ampliado (Gráfico 5) – resultado acumulado do ano (jan.-set. de 2020), tendo-se por base igual período de 2019, embora apresentando trajetória de queda menos intensa nos últimos quatro meses, é ainda negativo (-3,6%) – mesmo assim, declínio inferior à retração prevista para o conjunto da economia no mesmo período (-4,9% – Gráfico 1). O fator explicativo fundamental tem a ver com a COVID-19, a partir da segunda metade do mês de março, que provocou retração expressiva da grande maioria das atividades econômicas. Entretanto, no que diz respeito ao índice mensal, tendo-se por base o mesmo mês do ano anterior, já se registra em setembro um desempenho fortemente positivo (7,4%), por conta da reabertura da economia e, especialmente, do efeito positivo sobre o consumo das famílias, decorrente do pagamento do auxílio emergencial e da liberação de parte do FGTS.

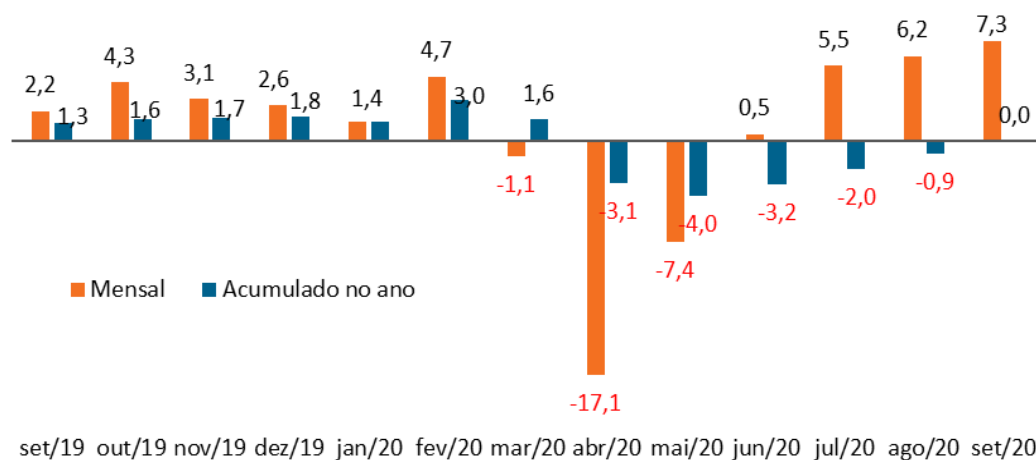
Gráfico 5. Brasil: taxa (%) de variação (mensal e variação acumulada no ano) do volume de vendas do Varejo Ampliado – setembro/2019 a setembro/2020 (base: mesmo período no ano anterior)



Fonte: PMC/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

No que se refere ao desempenho do varejo restrito – não considerados os segmentos de veículos e de material de construção – o desempenho no decorrer do período de pandemia se assemelha ao observado para o varejo ampliado. Contudo, o resultado acumulado do ano (janeiro-setembro) se iguala ao volume de vendas observado no ano passado; isto é, a variação acumulada do ano é nula. Ou seja, o forte crescimento observado em outubro (7,3%) foi o suficiente para que o varejo restrito zerasse as perdas do ano, em cotejo com o ano de 2019. Também é um desempenho bem melhor do que o observado para a economia do país. Ressalte-se que o desempenho do varejo restrito superior ao do varejo ampliado é explicada pela influência negativa do segmento de automóveis que tem importante peso no varejo ampliado, que vem registrando decréscimo do volume de vendas mais forte do que o conjunto do segmento varejista.

Gráfico 6. Brasil: taxa (%) de variação (mensal e acumulada no ano) do volume de vendas do Comércio Varejista – setembro/2019 a setembro/2020 (base: mesmo período no ano anterior)

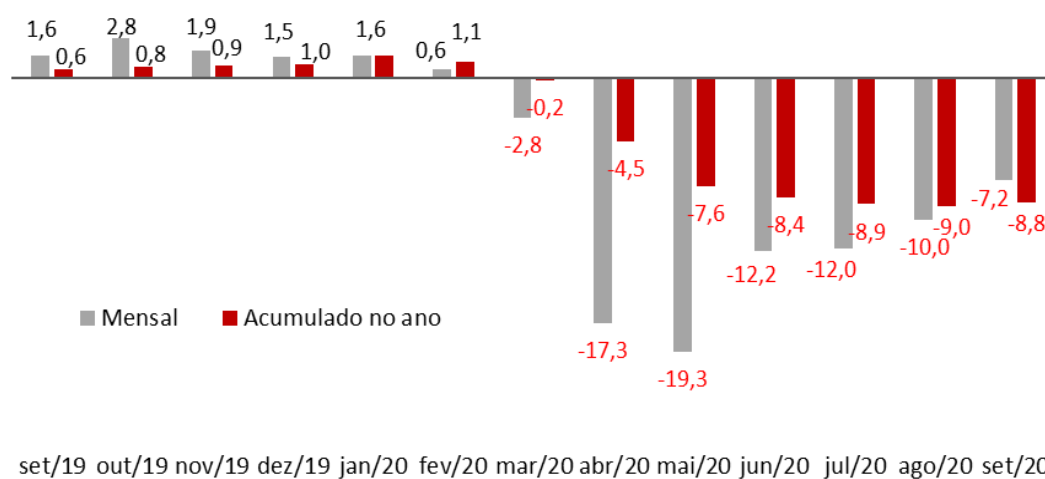


Fonte: PMC/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

MANTÉM-SE INTENSA A RETRAÇÃO DO VOLUME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O setor de prestação de serviços, diferente do varejo, continua apresentando desempenho negativo em setembro (-7,2%). No desempenho acumulado no ano, esse setor revela retração do volume de negócios em proporção ainda muito elevada (-8,8%) – Gráfico 7.

Gráfico 7. Brasil: taxa (%) de variação (mensal e acumulada no ano) do volume de serviços – setembro/2019 a setembro/2020 (base: mesmo período no ano anterior)



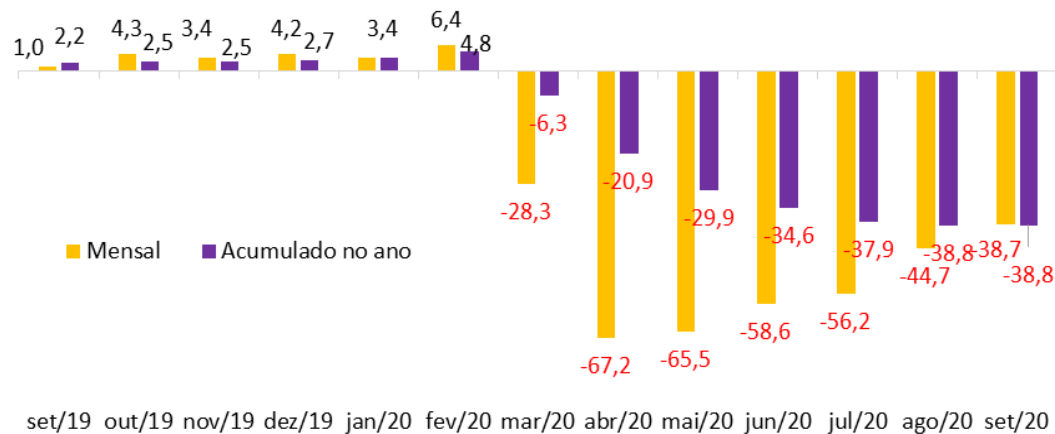
Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi

Ou seja, o segmento de prestação de serviços enfrenta maior dificuldade no processo gradual de diminuição das restrições de funcionamento das atividades econômicas. Uma situação, de certa forma, previsível considerando-se que a prestação de serviços opera, em geral, com proximidade entre as pessoas, o que facilita a possibilidade de contágio e, conseqüentemente, os protocolos são bem mais rigorosos do que os estabelecidos para a maioria dos segmentos do varejo.

TURISMO: SEGMENTO MAIS FORTEMENTE ATINGIDO PELA PANDEMIA

O segmento de Turismo – específico conjunto de atividades que, no âmbito de Serviços, tem significativa relevância e, como tal, é aqui particularizado – sofre retração ainda mais intensa do que as registradas para o varejo e, inclusive, o setor de serviços como um todo, conforme pode ser visto no Gráfico 8. De certa forma, esse desempenho relativamente pior seria de se esperar, tendo-se em vista que o setor de turismo incorpora atividades vinculadas a vários segmentos fortemente impactados por medidas de combate à pandemia, a exemplo de transportes, hotéis e restaurantes. Em consequência, variações mensais e acumuladas negativas do volume de prestação de serviços do segmento do turismo – cotejo com iguais períodos de 2019 – têm sido bem mais intensas do que as registradas tanto para o comércio varejista quanto para o conjunto das atividades do setor de prestação de serviços. De fato, em setembro é de -37,7% a retração do segmento de atividades turísticas. Desempenho muito próximo do resultado acumulado do ano, até setembro (-38,8%).

Gráfico 8. Brasil: taxa (%) de variação (mensal e acumulada no ano) do volume de serviços nas Atividades Turísticas – setembro/2019 a setembro/2020 (base: mesmo período no ano anterior)



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Em suma, as informações relativas ao volume de vendas, tanto do comércio varejista quanto as referentes a prestação de serviços – especialmente turismo – são fortemente impactados pela pandemia. Contudo, observa-se melhoria do desempenho do varejo, especialmente o restrito (perdas zeradas no indicador acumulado do ano). Todavia, não se observa esse movimento de relativa melhoria no setor de prestação de serviços, tampouco nas atividades relacionadas com o segmento de turismo – ainda mais severamente impactadas.

Saliente-se que, no desempenho acumulado deste ano (janeiro-setembro) – em cotejo com igual período de 2019 –, os segmentos do varejo que apresentam variações positivas são: hipermercados e supermercados (6,6%); artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos de perfumaria e cosméticos (6,5%); eletrodomésticos (9,7%); móveis (8,8%), e material de construção (7,9%). Por outro lado, registram desempenho negativo os seguintes segmentos: tecidos, vestuário e calçados (-30,6%), veículos, motos, partes e peças (-18,1%); combustíveis e lubrificantes (-11,1%); livros, jornais, revistas e papelaria (-30,5%); equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (-18,2%); e, outros artigos de uso pessoal e doméstico (-1,5%).

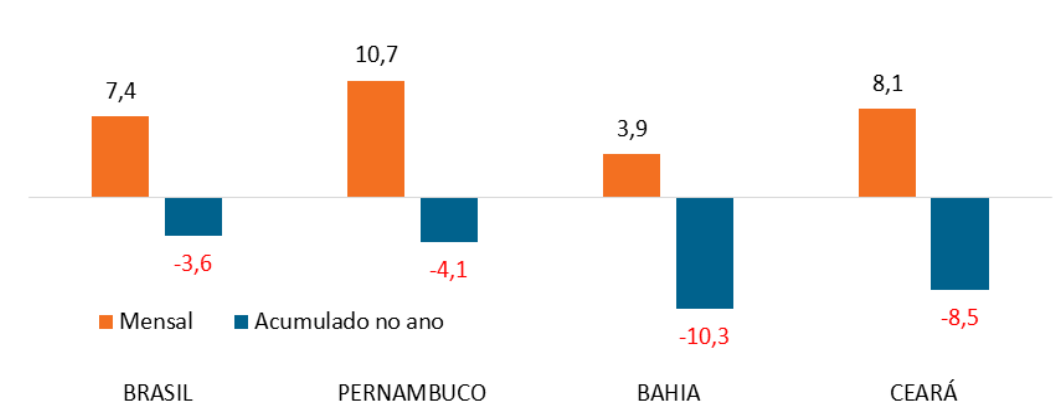
No que diz respeito ao setor de prestação de serviços, as principais atividades apresentam variações negativas no desempenho acumulado do ano (janeiro-setembro), em confronto com igual período do ano de 2019: serviços prestados às famílias (-38,9%); serviços de informação e comunicação (-2,5%); serviços profissionais, administrativos e complementares (-11,8%); e transportes e serviços auxiliares aos transportes e correio (-8,6%).

2. COMÉRCIO VAREJISTA E SERVIÇOS EM SETEMBRO DE 2020: PERNAMBUCO NO CONTEXTO NACIONAL/REGIONAL

Incorporam-se à análise – nesta seção – informações que permitem se contextualizar o desempenho do comércio varejista e da prestação de serviços em Pernambuco, estabelecendo-se comparações com indicadores referentes ao país e aos estados economicamente mais expressivos da região Nordeste. Informações básicas para o mês de setembro de 2020 são apresentadas nos Gráficos 9 e 10: indicador mensal e desempenho do índice acumulado do ano (janeiro-setembro) de 2020.

O varejo ampliado pernambucano – conforme o indicador mensal – revela o melhor desempenho entre os territórios considerados no Boletim (Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará). De fato, o varejo ampliado cresce 10,7% no mês de setembro. Portanto, resultado mais expressivo do que o observado para a média do país (7,4%). Além disso, superior ao desempenho do Ceará (8,1%), e, especialmente, ao da Bahia (3,9%). No que se refere ao desempenho acumulado do ano, os resultados continuam negativos. O volume de vendas em Pernambuco apresenta declínio de -4,1%, enquanto no varejo ampliado do país também registra queda, embora um pouco inferior (-3,6%). No plano regional, a Bahia e o Ceará revelam quedas bem mais pronunciadas do que Pernambuco: Bahia (-10,3%), e Ceará (-8,5%).

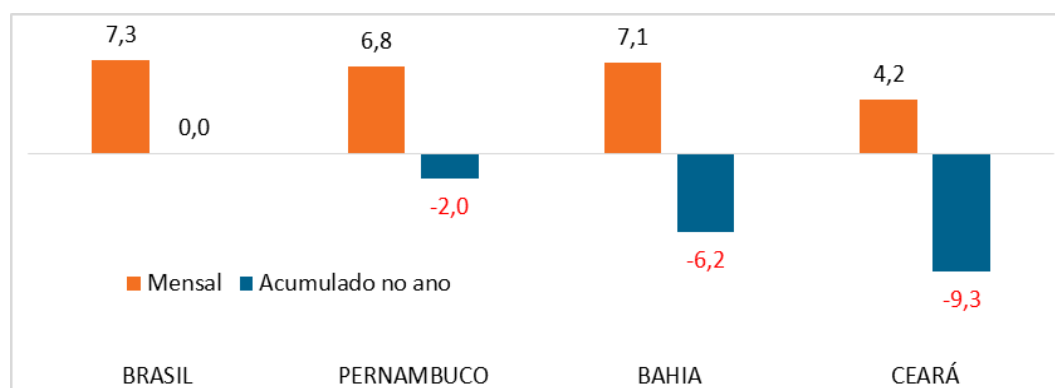
Gráfico 9. Brasil, PE, BA e CE: taxa (%) de variação (mensal e acumulada no ano) do volume de vendas Varejo Ampliado – setembro/2020 (base: mesmo período do ano anterior)



Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

No que diz respeito ao desempenho do varejo restrito, o panorama é um pouco diferente quando se considera Pernambuco contraposto ao país – tanto no desempenho do volume de vendas no mês de setembro, quanto no acumulado do ano. De fato, apesar do indicador mensal registrar forte variação positiva no estado, no mês de setembro (6,8%), o crescimento observado no país é ainda maior (7,3%). Já no comportamento do índice acumulado, Pernambuco revela declínio de -2,0%, enquanto o país zera as perdas em relação ao ano passado. No âmbito regional, a Bahia tem um desempenho mensal um pouco melhor em setembro (7,1%), e o Ceará mais baixo (4,2%). Por outro lado, de forma análoga ao que vimos no varejo ampliado, tanto o desempenho observado do volume de vendas do Ceará (-9,3%), quanto o da Bahia (-6,2%) – no resultado acumulado do ano – são piores do que o verificado para Pernambuco (-2,0%).

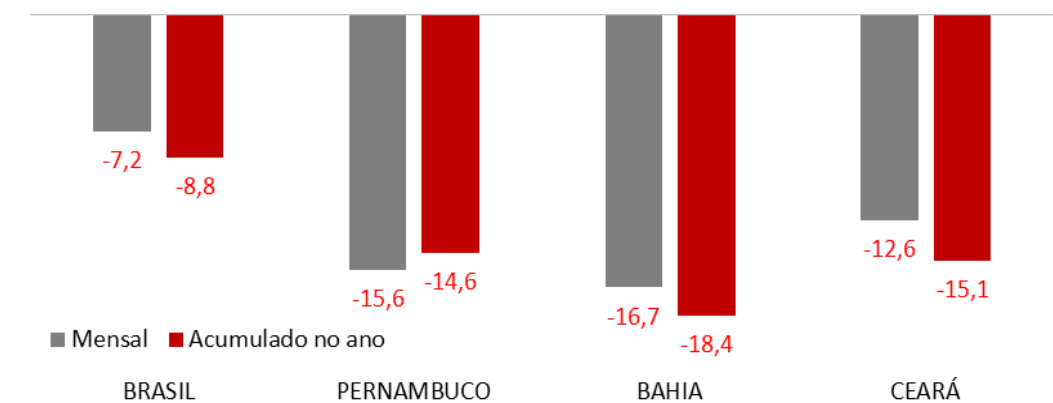
Gráfico 10. Brasil, PE, BA e CE: taxa (%) de variação (mensal e acumulada no ano) do volume de vendas no Comércio Varejista – setembro/2020 (base: mesmo período do ano anterior)



Fonte: Pesquisa Mensal do Comércio/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

No caso do setor de serviços, o desempenho observado em Pernambuco, conforme apresentado no Gráfico 11, é significativamente negativo: -15,6% em setembro de 2020, em relação a setembro de 2019; e -14,6% no resultado acumulado deste ano – tendo-se por base igual período de 2019. Por outro lado, o comportamento registrado no setor de serviços do país é de variação também negativo, porém, menos intenso: -7,2% e -8,8% – respectivamente no mês de setembro e no acumulado do ano. Em termos regionais, repete-se o observado para o comércio varejista. Os efeitos negativos decorrentes da pandemia são ainda mais intensos nos resultados registrados para os dois outros estados do Nordeste considerados na análise: Bahia -16,7% em setembro, e -18,4% no acumulado do ano; e o Ceará -12,6% em setembro, e -15,1% no acumulado do ano.

Gráfico 11. Brasil, Pernambuco, Bahia e Ceará: taxa (%) de variação (mensal e acumulada ano a ano) do volume de serviços – setembro/2020 (base: mesmo período do ano anterior)

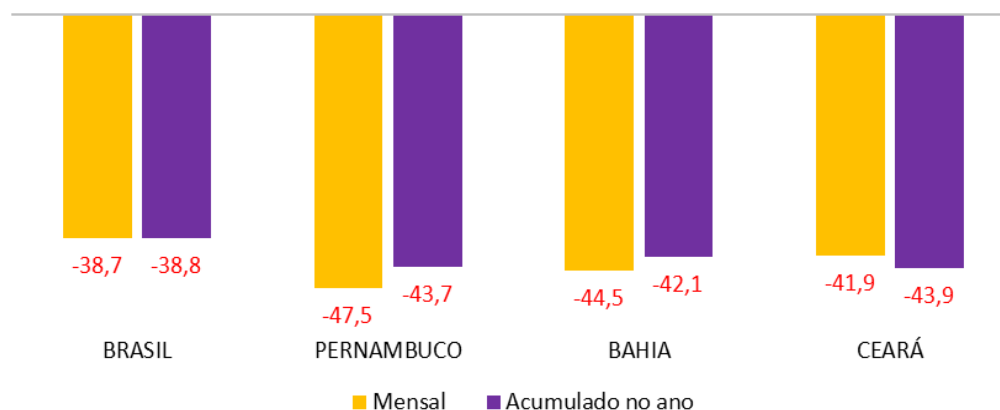


Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi.

Portanto, no segmento de prestação de serviços, os impactos negativos são mais significativos nos estados considerados no Boletim, em comparação com o que ocorre no território nacional como um todo. Mesmo assim, Pernambuco mantém, no resultado acumulado do ano (janeiro-setembro) – tanto no varejo quanto na prestação de serviços – situação melhor comparativamente aos estados da Bahia e do Ceará. E, no varejo ampliado, o desempenho de Pernambuco é até melhor que o do país, no que diz respeito ao resultado mensal de setembro (Gráfico 9).

Por fim, considere-se o segmento de Turismo, mantida a contextualização de Pernambuco em relação aos outros dois estados nordestinos já referidos. As informações pertinentes são sistematizadas no Gráfico 12, mantido o procedimento usual – envolvendo os indicadores mensal e acumulado do ano do volume de atividades turísticas –, tendo-se como referências espaciais os mesmos estados nordestinos destacados e o país.

Gráfico 12. Brasil, PE, BA e CE: taxa (%) de variação mensal e acumulada do volume de Atividades Turísticas – setembro/2020 (base: mesmo período do ano anterior)



Fonte: Pesquisa Mensal dos Serviços/IBGE. Elaboração Ceplan Multi

Reitere-se que o segmento de turismo tem sido impactado mais intensamente pelo requerido esforço de isolamento social, porque as atividades que compõem esse setor (transportes diversos, hotéis e restaurantes) constituem – pelo amplo e intenso fluxo de pessoas que utilizam esses serviços – espaços com maior probabilidade de contaminação pela Covid-19, por isso sendo vistos com maior reserva pelos usuários. Ademais, considerem-se dificuldades concernentes ao movimento de turistas, especialmente os provenientes de outros países.

O desempenho de Pernambuco no segmento de atividades turísticas é fortemente negativo no resultado de setembro de 2020, em comparação com setembro de 2019: -47,5%. Isso, em um cenário em que o país como um todo também sofre – em tais atividades – significativo declínio (-38,7%). Em termos regionais, revela-se retração de grande intensidade, no mês de setembro: Ceará (-41,9%) e Bahia (-44,5%). Em relação ao desempenho acumulado do ano (janeiro-setembro de 2020) – cotejo com mesmo período de 2019 – observa-se que o segmento de turismo pernambucano traz resultado

fortemente negativo (-43,7%); abaixo do desempenho alcançado pelo segmento no plano nacional (-38,7%). De forma análoga, é intenso o desempenho negativo desse segmento nos estados do Ceará (-43,9%) e da Bahia (-42,1%). Portanto, por conta da pandemia, atividades de prestação de serviços de turismo continuam sofrendo retração extremamente elevada em todos os territórios considerados no Boletim.

Em síntese, a análise conduzida nesta seção retrata que, a despeito de impactos positivos de medidas compensatórias por parte do governo, em todos os níveis administrativos, permanece sofrido o processo de recuperação dos danos econômicos trazidos pela contingência da pandemia, no que respeita ao varejo e à prestação de serviços, no país e nos estados destacados. O desempenho do indicador acumulado no ano, do volume de vendas no comércio varejista vem revelando recuperação, por conta de gastos das famílias, pós-flexibilização do isolamento social, associados a satisfação de demanda reprimida quando da fase mais restritiva do período da pandemia. Ademais, contribui decisivamente para esse movimento o consumo impulsionado pelo auxílio emergencial, disponibilizado para desempregados, trabalhadores informais, microempreendedores individuais, entre outros contingentes. Todavia, esse movimento ainda não é observado no setor de prestação de serviços, especialmente no segmento de turismo, que continua amargando forte retração no volume de negócios, seja conforme indicadores mensais, seja quando se trata do indicador acumulado no ano. De toda forma, deve-se reiterar que o processo de recuperação da economia brasileira será lento, considerando-se o agravamento das contas públicas – que já apresentavam dificuldades – e dificuldade política de implementação de reformas estruturais que, rigorosamente, deveriam estar em estágio mais avançado de concepção e efetivação. Ademais, há potencial de turbulência política, associada a um ambiente marcado pelo processo eleitoral presidencial já em curso, e ao resultado das eleições americanas, que explicitamente não agradam ao atual Governo Brasileiro. Situação que tende a dificultar alguns interesses comerciais do Brasil, principalmente relacionados com assuntos relativos a proteção e preservação do meio ambiente. Todavia, a prevalecer certo pragmatismo por parte do staff governamental brasileiro – agora que a vitória do candidato democrata, nos EUA, ganha inofismável legitimação pelo início do processo formal de transição do poder ao presidente eleito – o Brasil pode vir a eliminar arestas nas relações internacionais.

3. SÍNTESE E PERSPECTIVAS

A situação da economia brasileira segue tendo relativa melhora – como afirmado na edição anterior do Boletim Conjuntural do Instituto Fecomércio –, o que se reflete na permanência de redução do esperado declínio do PIB, conforme o Relatório Focus (Banco Central) de 20/novembro: -4,55% contra -4,66% na semana imediatamente anterior. Trata-se de redução persistente praticamente ao longo das últimas nove semanas – desde 25/09. Foi se tornando mais claro que os impactos da expansão de gastos públicos compensatórios, no enfrentamento da recessão trazida pela pandemia, vêm cumprindo, satisfatoriamente, a tarefa. O decorrente efeito positivo sobre o consumo das famílias, via transferência de renda a segmentos sociais mais vulneráveis e manutenção de empregos por meio da oferta de crédito a empresas, suplantou expectativas. Todavia, não há elementos para despreocupada celebração.

Não se deve esquecer que a presente recessão se abate sobre uma economia em alongada crise, incluída profunda recessão (2014-2016) e lenta recuperação (2017-2019). Ademais, o país enfrenta desafiador equacionamento do déficit fiscal ampliado pelo esforço de minimização das perdas geradas pela pandemia. Pior: a curva de contágio da Covid-19 subiu expressivamente nas últimas três semanas e o país pode estar a caminho de um repique da pandemia (“2ª. onda”) – adversidade que já tem lugar em vários países da Europa e nos Estados Unidos. Ganha maior dimensão o já desafiador déficit fiscal, diante da possibilidade de novos gastos públicos para compensar impactos dessa possível nova onda de contágio: ou seja, continuidade do auxílio emergencial, depois de dezembro deste ano, mesmo que mantido em metade do valor inicial de R\$ 600,00 por beneficiário.

Em termos de indicadores atuais das atividades econômicas do varejo e da prestação de serviços, constatou-se que, a despeito de impactos positivos decorrentes de ações compensatórias promovidas pelo setor público, segue bastante sofrida a trajetória de recuperação dos danos econômicos e sociais provocados pela pandemia. Os dados revelaram que o volume de vendas no comércio varejista do país, assim como de Pernambuco, vem apresentando certa melhora, por conta de gastos das famílias, pós-flexibilização do isolamento social, incluídos efeitos de satisfação de demanda reprimida quando da fase mais restritiva do período da pandemia. Tais efeitos se somam ao consumo impulsionado pelo auxílio emergencial disponibilizado para desempregados, trabalhadores informais, microempreendedores individuais, entre outros. Também conta para tal recuperação o impacto de manutenção de empregos em empresas que acessaram crédito facilitado, a juros inferiores ao custo de mercado.

Por outro lado, o setor de prestação de serviços – e particularmente o segmento de turismo, que continua amargando forte retração do volume de negócios – ainda não vem se beneficiando de melhora similar à do varejo. Trata-se de setor que – pela natureza naturalmente geradora de aglomeração de pessoas – é submetido a restrições sanitárias bastante estritas, absorvendo impacto maior da pandemia. De fato, uma vez confirmado o repique da Covid-19 e a depender da gravidade, atividades de serviços que já tiveram flexibilizadas as restrições sanitárias poderão voltar a situações de redução da escala de produção ou até mesmo interrupção de atividades.

Os reflexos de tal contingência econômica, no mercado de trabalho, se mantêm dramáticos, permanecendo o fenômeno da redução do efetivo de pessoal ocupado, e crescimento do desemprego, agora uma proporção de 14,4% da força de trabalho (quase 14 milhões de desocupados). Por outro lado, considerado apenas o setor formal, é expressiva a melhora do panorama, dados o saldo líquido, positivo, de mais de mais de 310 mil empregos formais no mês de setembro e o saldo negativo (acumulado no ano, até setembro) – quase 560 mil postos de trabalho – significativamente inferior ao mais de um milhão de empregos destruídos, no saldo líquido acumulado até julho, conforme registro na edição anterior do Boletim.

Importante salientar, conforme registro feito na Seção 1 deste Boletim, que os segmentos com saldo positivo de empregos formais, no acumulado até setembro, foram: Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura; Construção; e Saúde humana e serviços sociais. Atividades vinculadas ao agronegócio se beneficiaram do movimento exportador potencializado pela desvalorização cambial. Atividades de construção, inclusive materiais de construção, beneficiados por ampliação de gastos para autoconstrução e reformas – na esteira de efeitos positivos trazidos por liberação de recursos do FGTS, e pelo auxílio emergencial, além de uma certa recuperação do mercado imobiliário.

Tal processo de penosa e lenta retomada da economia brasileira evidencia a enorme tarefa a cumprir até ser superada penosa trajetória. Como habitualmente lembrado ao longo da série Boletim de Conjuntura do Fecomércio, permanece a chance de serem aproveitados aspectos pró-crescimento: baixa taxa Selic, infraestrutura a ser reparada ou implementada, inflação baixa e considerável capacidade ociosa em termos de força de trabalho e equipamentos. Contudo, materializar essa possibilidade é algo que permanece à espera de acertos na área da governança e da política. Tais acertos são importantes, inclusive, para adequado enfrentamento do problema fiscal.

A respeito deste último aspecto, crucial, a evolução recente é de ganho de maior complexidade. A percepção de risco com relação à dívida bruta brasileira, que deve alcançar 100% do PIB ao final de 2020, se reflete em tendência crescente de juros futuros, o que se associa ao encurtamento de prazos na rolagem da dívida pública. Se a isso se somam dúvidas sobre a trajetória da inflação, algo já presente, o problema fiscal ganha ainda maior importância e incertezas podem se ampliar.

Enquanto a questão fiscal é responsabilidade do setor público, a viabilização da recuperação da economia precisa do apoio do capital privado, para aporte de investimentos, componente bastante reduzido nos últimos anos, conforme números referentes à Formação Bruta de Capital Fixo. Enfatize-se que o processo de recuperação da economia brasileira permanecerá lento por algum tempo, sendo imperativo que se eliminem dificuldades políticas de implementação de reformas estruturais que, rigorosamente, deveriam estar em estágio mais avançado de concepção e efetivação.

4. BIBLIOGRAFIA

DEPARTAMENTO ECONÔMICO-BANCO CENTRAL DO BRASIL (DEPEC-BCB).
Índice de Atividade Econômica. Setembro/2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA.
Pesquisa Mensal do Comércio. Setembro/2020.

Pesquisa Mensal dos Serviços. Setembro/2020.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua. Agosto/2020.

Sistema Nacional de Índices de Preços ao Consumidor. Outubro/2020.

SECRETARIA ESPECIAL DE PREVIDÊNCIA E TRABALHO-MINISTÉRIO DA ECONOMIA.
Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. Setembro/2020.

EXPEDIENTE FECOMÉRCIO-PE

Presidente: Bernardo Peixoto
Economista: Rafael Ramos
Designer Gráfico: Nilo Monteiro

EXPEDIENTE CEPLAN-PE

Osmil Galindo | Economista
Ademilson Saraiva | Economista
Roberto Alves | Estatístico
Jorge Jatobá | Economista
Tania Bacelar | Economista

Avenida Visconde de Suassuna, nº265,
Santo Amaro, Recife-PE | CEP 50050-540
Tel.: (81) 3231-5393 / 3231-6175
www.fecomercio-pe.com.br



 fecomercio-pe.com.br

 [@fecomerciope](https://www.facebook.com/fecomerciope)